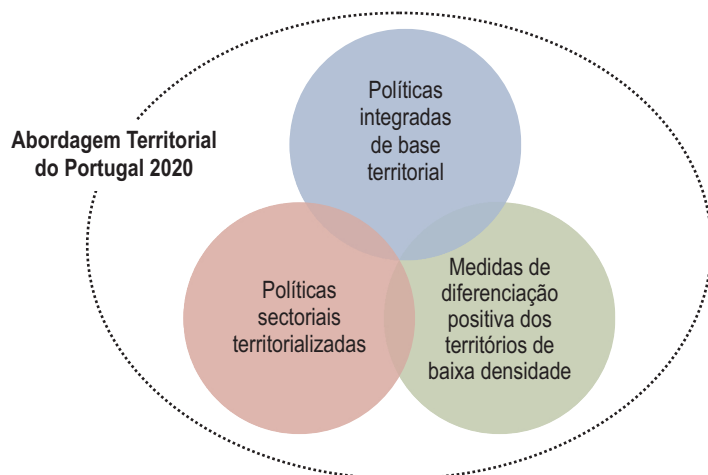


Avaliação da Operacionalização da Abordagem Territorial do Portugal 2020, no Contexto da Convergência e Coesão Territorial

Objeto

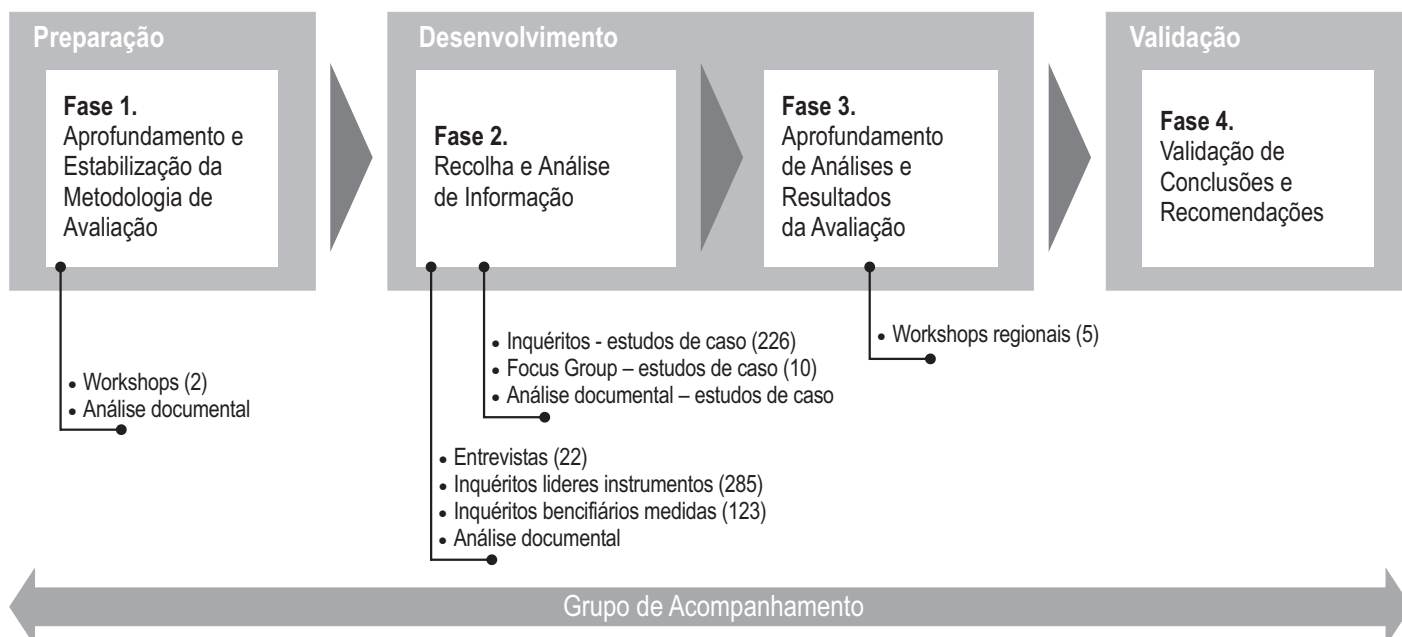


- Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial (PDCT): 22
- Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU): 105
- Planos de Ação de Regeneração Urbana (PARU): 170
- Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC) Rurais, Urbanos e Costeiros: 73
- Programas de Valorização Económica de Recursos Endógenos (PROVERE): 14
- Territórios Educativos de Intervenção Prioritária (TEIP): 137
- Contratos Locais de Desenvolvimento Social (CLDS): 153
- RIS3: 5
- Programa Escolhas 6G: 106
- Clusters
- Concursos específicos
- Critérios de bonificação
- Majoração de taxas de apoio

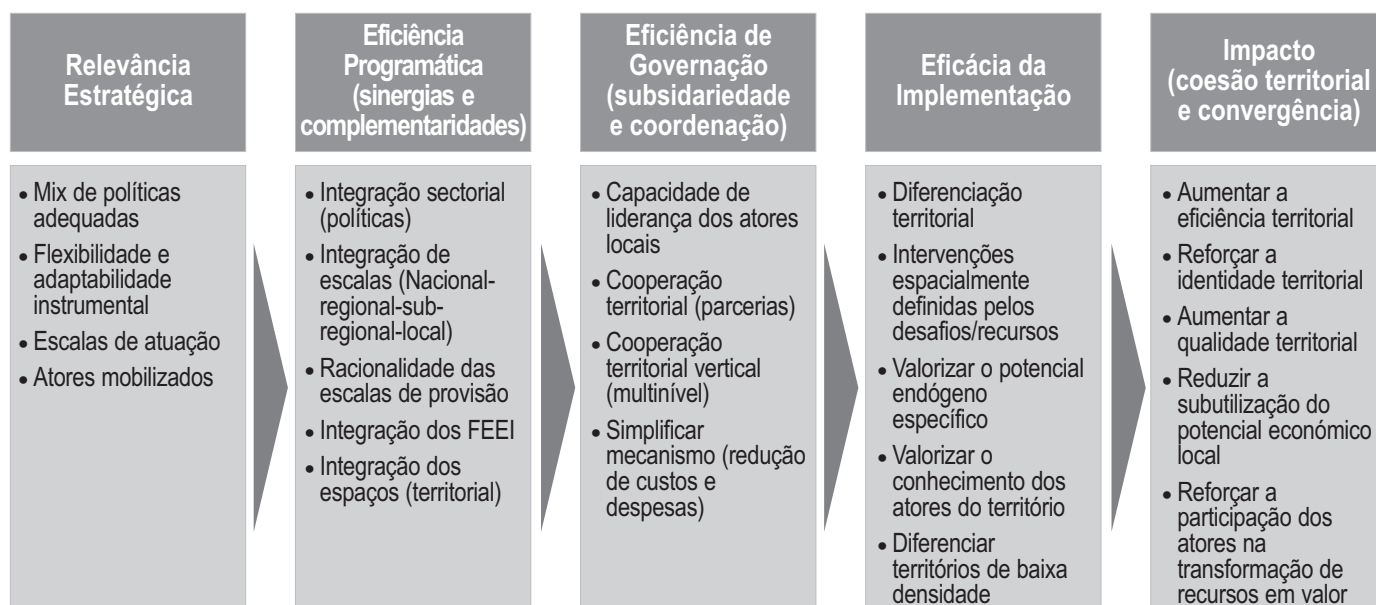
Objetivos

- 1** Aferir as complementaridades e as sinergias entre as políticas e os instrumentos de programação coincidentes no mesmo território
- 2** Aferir a eficiência de mecanismos formais e informais de coordenação entre políticas/instrumentos de programação e governação multinível
- 3** Aferir a relação entre a configuração das políticas/ instrumentos de programação e a sua implementação tendo em vista o alcance dos seus objetivos
- 4** Avaliar a adequação e pertinência das medidas de diferenciação positiva dos territórios de baixa densidade

Processo de avaliação



Principais pressupostos da teoria de mudança



Principais resultados e conclusões

- **Pulverização de instrumentos nos territórios**, limitando o seu impacte potencial, aumentando os custos de transação e dificultando a governança multinível.
- **Aprofundamento dos processos de planeamento estratégico territorial** às promovendo a participação dos atores territoriais, capacitando as organizações, legitimando lideranças e responsabilizando parceiros com resultados.
- **Fomento da articulação e do encadeamento lógico dos instrumentos** promovendo a articulação vertical (regional – sub-regional – local), embora com **insuficiências de coordenação multinível**.
- **Adoção de princípios adequados para promover a integração de políticas**, mas com resultados insuficientes devido a **falhas de planeamento, governação e articulação de Avisos**.
- **Reforço da governação/governança territorial**, mas **insuficiente na de competências de condução territorial** dos instrumentos.
- **Prevalência de da valorização da coesão e redistribuição** sobre a convergência e a competitividade.
- **Mobilização homogénea de políticas públicas desfasada** da diversidade de realidades socioeconómicas e de níveis de massa crítica das NUTS III.

Principais recomendações

- R.00 Superar as fragilidades de organização e de funcionamento do Estado e de concretização do Sistema de Gestão Territorial.
- R.01 Preparar o ciclo 2021-2027 a partir de processos participados de planeamento estratégico regional e sub-regional.
- R.02 Articular o planeamento estratégico territorial e a definição dos instrumentos de programação 2021-2027.
- R.03 Facilitar as sinergias e complementaridades entre operações enquadradas em diferentes Avisos.
- R.04 Reavaliar a arquitetura de instrumentos e o mix de políticas para acelerar a convergência económica.
- R.05 Desenvolver instrumentos de planeamento territorial e sectorial facilitadores da tomada de opções e da integração de políticas.
- R.06 Desenvolver exercícios planeamento regional e de programação intermunicipal da provisão de serviços sociais de interesse geral.
- R.07 Estruturar o desenvolvimento urbano a partir da promoção do policentrismo a múltiplas escalas.
- R.08 Aumentar o impacto dos instrumentos orientados para o desenvolvimento rural e para a dinamização dos territórios de baixa densidade.
- R.09 Rever os critérios do mapa dos territórios beneficiárias das medidas de diferenciação positiva para os territórios de baixa densidade e os fins da sua utilização.